



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

42ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

12/08/2024

Aos 12 dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, após verificação de quórum em segunda chamada, às 14h17, o conselheiro José Oliveira Junior, suplente abriu a 48ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma online, com a presença verificada de 20 membros titulares e suplentes no exercício da titularidade e 04 suplentes, quais sejam:

André Luiz Veloso, titular

Andressa Iza, titular

Antonio Diniz, titular

Aryanne Ribeiro, titular

Carola Castro, titular

Charles Moraes, titular

Cíntia Mirlene, titular

Daiany Durães, titular

Danilo Batista, titular

Eduardo Silveira, titular

Giovanna Penido, titular

Marcela Bertelli, titular

Maristela Rangel, titular

Morison de Oliveira, titular

Paulo Junio, titular

Rosi, titular

Thaynã Paes, titular

Thiago Tomaz, titular

Wenderson Godoy, titular

Xisto Siman, titular

José Junior, suplente

Jeferson Rios, suplente

João Michel, suplente

Jussara Braga, suplente

Além destes, tivemos os seguintes técnicos presentes:

Ilton Dias (Secult), Jean Sergio (Secult), Janaína Silva (Secult), Christiane Birchall (Secult), Pollyanna Lacerda (DIMUS), Dandara Souza (DIMUS), Elaine do Carmo (EMC), Gustavo Mendicino (EMC), Luciana Diniz (EMC), Matheus Rufino (EMC)

Ordem do dia

- EMC Programas recém-implantados na Rede Minas;
- Museu do Bordado;
- Discussão planilha dos Editais PNAB;

PROGRAMAS NA EMC

Convite à EMC para considerações sobre programas inseridos recentemente na programação da TV Minas (MB);

Danizinha protetora (*inspirada em uma pastora; conteúdo discriminatório de gênero; canal audiovisual mantido com recursos públicos*) e Minas em Ação (*jornalismo policial, cotidiano das forças de segurança; questões de exposição cotidiana da violência numa rede pública de TV*);

MB - Como foi a decisão? O Conselho curador participou da decisão?

Dois programas lançados recentemente, um chamado danizinha protetora e o outro chamado Minas em ação. Danizinha protetora tem uma personagem principal que é inspirada numa pastora, chamada Daniela Linhares, da igreja Getsemani, e traz na sinopse que traz personagens que nasceram para defender as criancinhas, usando o amor, a bíblia e a coragem. Consideramos que ele trata de um conteúdo discriminatório de gênero, traz uma visão criacionista do mundo biológico. Questionamos do ponto de vista de ser um canal de exibição audiovisual mantido com recursos públicos. Depois esse programa recebeu críticas, uma nota da congregação da faculdade educação da UFMG, uma denúncia feita ao Ministério público pelo conselho estadual de defesa direitos humanos é, inclusive, ensejando uma instalação de notícia de fato no Ministério público. Enfim, uma série de críticas aí é que tocam a questão, sobretudo da questão da doutrinação infantil, desse tipo de conteúdo, entendendo que a gente está falando de um programa para a infância para crianças.

Quais são as motivações dessas escolhas? Como a gente não teve acesso a isso fizemos esse convite para que a EMC pudesse nos contar como foi tomada essa decisão? O conselho curador participou dessa decisão? Como que ele é formado?

Aponta que o objetivo é mesmo abrir diálogo com a empresa mineira de comunicação. Isso é uma abertura, é uma possibilidade de diálogo real nesse espaço aqui de participação social

EMC (Presença da equipe da EMC, além da presidência)

GM

Foi feita uma explanação inicial pelo presidente da EMC, Gustavo Mendicino (GM). A Rede Minas caráter cultural, educativo e de entretenimento; Introdução do Se Liga na Educação, desde a Pandemia; Canais de multiprogramação implantados recentemente na Rede Minas: quatro canais com 24 horas de programação; Transferência dos programas do Se Liga para os canais de multiprogramação;

Partimos para ocupar os espaços (05 horas de programação): apresentamos ao conselho curador

uma proposta de ocupação, a qual foi analisada e aprovada em reunião (as atas estão à disposição sempre que necessário); inclusive Magdalena Rodrigues, do SATED, faz parte do conselho curador,

Aumentamos dentro dos horários de programação o Jornal da Inconfidência, com ampliação de 15min para 30min na parte da manhã.

11h - 12h – Minas em Ação (Editoria de Polícia); Primeiras esportivas; Jornal Minas 1ª Edição; Agenda – 13h

Recuperamos o Brasil das Gerais, dentro da perspectiva de dar espaço aos programas históricos.

GM - Produção de conteúdo interno – Não há adequação.

GM - Invés de produzir próprio programa, trabalhamos com parceria.

Observações dos conselheiros

TP – O conselheiro aponta que houve comparações infelizes entre proselitismo religioso e valorização das expressões religiosas, que não era o que estava em pauta.

DD – Aponta a importância de se dar espaço às manifestações religiosas sim, há pensamentos diferentes em religiões diferentes dado sermos um país católico. Aponta que o que chamamos de criacionismo é um aspecto cultural dentro de algumas perspectivas religiosas. As pessoas com práticas religiosas criam cada filho com suas perspectivas religiosas. A conselheira reclamou que a coordenação do Consec tentou limitar seu tempo de fala, em relação aos outros conselheiros, por ser a única que expôs um ponto de vista diferente dos outros conselheiros.

CP – Solicita que indiquem onde está o episódio que fala de discriminação, que ela não viu, de modo que ela entenda o que está sendo exposto. Os episódios que ela afirma ter visto falam do nosso grande lar, nosso ambiente, coleta seletiva, respeito com o próximo. Concordo com a fala da DD, até agradece por ter se posicionado, por vir das ciências sociais, pela religião ser constitutiva da sociedade. Viu muitas pessoas falando e elogiando essa programação. Aponta que o Estado não pode proibir nem privilegiar práticas religiosas específicas, que precisamos ser os mais plurais, abraçar todo mundo.

AI – Perguntou sobre onde está o edital para a seleção pública para a programação de 5 horas, dado que ela não encontrou. Lembra que está focando a pergunta no processo de seleção para entrar na programação, não no conteúdo em si.

GM – Não há obrigação de haver seleção pública. Há uma governança, baseada no conselho curador, tem ata e vocês podem ter acesso.

EC (EMC) - Vamos enviar qualquer solicitação que fizerem, tem ata, participação da sociedade civil e tudo mais.

JB – Como professora e católica, tenho muita preocupação com o que ensinamos em redes públicas às crianças. Aponta problemas de assédio em creches, e que o corpo tem sido tratado como questão punitiva. Não é sobre a religião, em si, mas o que se faz com essa religiosidade.

AI – Questiona elementos presentes no estatuto da EMC que diz que a empresa não permite participação partidária, religiosa, etc. Além disto, pergunta quem compõe hoje o Conselho Curador.

MB – Agradecemos a presença da direção da Rede Minas por terem vindo, acho que não é um assunto que vai se encerrar. Nós temos ainda um debate para ser feito. Serão sempre bem-vindos também na reunião do Consec. Gostaríamos de continuar na construção e não só nas críticas, então queria agradecer à Maristela.

WG – Quero lembrar e deixar registrado da importância da implantação formal de processos de seleção pública para compor a programação.

MR – Definição de encaminhar ao Consec a Ata da reunião na qual foi definida a programação; enviar a todos os conselheiros. Agradeceu ao Gustavo e equipe, que de pronto atenderam, e aos conselheiros. O nível da conversa colocada, cada um na sua posição, elevou o debate e obviamente desta forma podemos entender melhor como seguir.

MUSEU DO BORDADO

Encaminhamentos propostos

- Diretoria de Museus
- Iepha
- Reconhecimento da iniciativa e acervo

Questões iniciais para compreensão do tema

GP – Iniciou a fala agradecendo à contribuição dos conselheiros Charles, do patrimônio, e Andressa, de Museus, pelo apoio nos encaminhamentos. Aponta que o museu está situado no bairro Cidade Nova, em Belo Horizonte, foi fundado em 2000 e registrado no IBRAM em 2006. Possui mais de 2000 Peças de bordado catalogadas, datando entre 1790 e 1960, entre elas o enxoval de Joaquim Osório (autor do hino nacional). A conselheira afirma que o museu tem CNPJ próprio;

MR sintetiza pergunta à conselheira qual é efetivamente a demanda do museu: GP aponta que é a Doação integral do acervo (que é privado) ao estado para formar um novo lugar para expor as peças;

Encaminhamentos propostos

A) PELA DIRETORIA DE MUSEUS (DIMUS):

Ações importantes para o encaminhamento: (PL) fazer o levantamento da situação atual do acervo; Identificar se o MUMO (PBH) já foi contactado ou não sobre o acervo;

Consultoria técnica da DIMUS para identificar como (e se) poderia se dar a doação a quem quer que seja e auxiliar na busca de financiamento;

A Sociedade solicita que a Secult:

- 1) se responsabilize por contribuir na busca de solução para o acervo e
- 2) fortaleça o Sistema Estadual de Museus;

B) Recomendação ao Iepha para realização de Inventário do acervo do Museu do Bordado;

C) Recomendação à Secult para reconhecimento público da iniciativa;

D) Moção à ALMG para reconhecimento público do acervo; (AU)

Observações dos conselheiros

AI – Promover a sustentabilidade dos acervos, a discussão dos vários acervos do estado; O estado talvez não consiga atender na urgência necessária; Propõe montagem de uma discussão mais profunda sobre a temática;

PL – Coloca à disposição a equipe da DIMUS para esta discussão;

AI – Sugere elaboração e distribuição de uma cartilha sobre acervos e sustentabilidade de equipamentos museais;

TP – Andressa traz uma questão, é uma preocupação antiga, já trazida várias vezes no conselho.

É pouco reiterar, né, que é a preocupação com os museus, com as casas de cultura que estão no interior de Minas Gerais. Aponta o desafio imenso que são as dificuldades técnicas de manter estes espaços, principalmente no interior. Sugere que não se peça a manifestação do lepha, mas que se proponha já o que o lepha pode fazer.

GP - Sugere que se aloque no Museu dos militares ou Museu mineiro;

PNAB

AD – Proposta de que este tema deveria ser único na pauta;

JS – Apenas alguns editais serão multiáreas;

JJ – Os editais, no geral, terão categorias específicas, com critérios e prioridades específicas;

AI – Solicita inclusão de pauta sobre a carta resultado do cortejo da Rede Mineira dos Pontos de Cultura (*JJ sugere que seja inserido como ponto específico de pauta e parecer a ser votado pelo plenário*);

AR – Pergunta sobre qual o prazo para entregar – 23h59 do dia 13/08 – Quem tiver pronto já pode e deve encaminhar;

JS – Plataforma exclusiva da PNAB (inscrição prévia), apresentar antes como vai funcionar;

Próxima reunião

Finalização PNAB: planilha (Ajustes de valores e quantidades), critérios e prioridades, busca ativa e demais temas, Cultura Viva;

Prazo Máximo: Até 23h59;

Observações gerais

AR - Importância da rede mineira de pontos de cultura; Convida para a nova edição da Mostra de Cinema de Fama;

MR - A presidência agradece aos presentes o empenho nos temas apresentados.

Nada mais havendo a ser tratado, a 42ª Reunião Extraordinária do Consec foi encerrada às 18h57 e está fielmente descrita nesta ata lavrada por mim, Aryanne Ribeiro, vice-presidente, e pelo conselheiro José Oliveira Junior, suplente, assinada digitalmente e validada por todos os conselheiros presentes à ocasião.

Em tempo: informamos que os comentários não transcritos nesta Súmula se encontram registrados em gravação integral disponibilizada no site da Secult.



Documento assinado eletronicamente por **Jose de Oliveira Junior**, **Servidor Público**, em 17/11/2024, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ**, **Usuário Externo**, em 19/11/2024, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aryanne Ribeiro, Cidadão**, em 19/11/2024, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLA MARIA MARQUES DE CASTRO, Cidadão**, em 21/11/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAIANY SOARES SARMENTO, Usuário Externo**, em 30/11/2024, às 01:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **101837943** e o código CRC **70FA7450**.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 101837943